

## O impacto da pandemia de COVID-19 na vida dos trabalhadores do setor turístico do Rio Grande do Norte: resultados e reflexões

*The economic impact of the COVID-19 pandemic on the lives of tourism workers in the state of Rio Grande do Norte: results e reflections*

### **Moema Hofstaetter**

Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, Brasil

Email: moema.natal@hotmail.com

### **Cesar Sanson**

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, Brasil

E-mail: cesarsanson@gmail.com

### **Luana Junqueira Dias Myrrha**

Professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, Brasil

E-mail: luanamyrrha@gmail.com

### **Luziene Dantas de Macedo**

Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN, Brasil

E-mail: luzienedm@yahoo.com.br

*Artigo recebido em: 02-12-2020*

*Artigo aprovado em: 02-08-2021*

## RESUMO

A pandemia de Covid-19 impactou fortemente as atividades econômicas no mundo e, no Brasil, agravou a crise econômica vivenciada desde meados de 2014. No setor turístico, a Covid-19 tem atingido em maior proporção os trabalhadores e os pequenos negócios, o que torna urgente a necessidade de propor caminhos para a retomada sustentada do turismo. O artigo tem por objetivo compreender o impacto da pandemia de Covid-19 na vida dos trabalhadores do setor turístico do Rio Grande do Norte e, considerando-se esse momento singular, apresentar algumas reflexões na perspectiva de se repensar a atividade do turismo que incorpore as variantes da desigualdade social, o meio ambiente e a comunidade local. Para tanto, foi realizada uma pesquisa regional intitulada “Trabalhador do turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte”, entre os dias 14 e 22 de julho de 2020, quando ainda se mantinha fechada a maioria do comércio do Estado. Os resultados coletados sobre o perfil demográfico e socioeconômico dos trabalhadores formais e informais do turismo, renda e jornada de trabalho antes e durante a pandemia, bem como sobre a expectativa dos trabalhadores sobre o futuro do turismo no RN revelaram significativos impactos provocados pelo avanço da crise sanitária no desenvolvimento do turismo no RN, destacando-se a queda drástica da renda, demissões, flexibilização do contrato de trabalho, redução da jornada de trabalho e queda das expectativas sobre o futuro do desenvolvimento do turismo pós-pandemia. A pesquisa apresentou algumas reflexões sobre os caminhos para a recuperação do turismo, a partir de uma nova dinâmica de desenvolvimento voltada para dentro dos espaços regionalizados, potencializando a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e a valorização das comunidades locais.

**Palavras-chave:** Impacto Econômico. Trabalhadores do Turismo. Condições de Trabalho. Desenvolvimento Socioprodutivo. Covid-19.

## ABSTRACT

The Covid-19 pandemic had a strong impact on economic activities around the world and, in Brazil, it aggravated the economic crisis experienced since mid-2014. In the tourism sector, Covid-19 has reached a greater proportion of workers and small businesses, which makes urgent the need to propose ways for the sustained resumption of tourism. The article aims to understand the impact of the Covid-19 pandemic on the lives of workers in the tourism sector in Rio Grande do Norte and, considering this unique moment, to present some reflections in the perspective of rethinking the tourism activity that incorporates the variants of social inequality, the environment and the local community. To this end, a regional survey entitled “Tourism worker and Covid-19 in Rio Grande do Norte” was carried out between July 14 and 22, 2020, when most of the state's trade was still closed. The results collected on the demographic and socioeconomic profile of formal and informal tourism workers, income and working hours before and during the pandemic, as well as on workers' expectations about the future of tourism in RN revealed significant impacts caused by the advance of the crisis health in the development of tourism in RN, highlighting the drastic fall in income, layoffs, flexibilization of the employment contract, reduction of working hours and lower expectations about the future development of post-pandemic tourism. The research presented some reflections on the paths for the recovery of tourism, based on a new development dynamic focused on regionalized spaces, enhancing social inclusion, respect for the environment and the enhancement of local communities.

**Keywords:** Economic Impact. Tourism Workers. Work Conditions. Socio-Productive Development. Covid-19.

## 1. INTRODUÇÃO

O setor turístico se configura como uma das opções econômicas mais promissoras de geração de emprego e renda, em razão da sua relação com os demais setores da economia. Isso se deve ao seu imenso potencial técnico-produtivo revelado nas diversas atividades que se conectam entre si a partir da prática do turismo, destacando-se, conforme Borges Paula (2017), atrativos, transportes, hospedagem, alimentação, serviços de apoio e comercialização, considerados elos importantes da cadeia produtiva do turismo. Estas atividades possuem a capacidade de se interligarem umas às outras, o que implica o desenvolvimento do turismo como base potencial para a geração de emprego e renda em qualquer país e/ou região, desde que seja recolocado na agenda de planejamento dos gestores locais, como expressão de atividade econômica integrada às condições geográficas a às transações que se perpetuam dentro e fora das localidades.

Nesse contexto, a interação dos vários setores, desencadeada pela prática do turismo, é complexa em vários aspectos, pois demanda a elaboração de um planejamento que se comunica com outros setores da economia. Com isso, chama-se a atenção para a necessidade de se pensar o turismo como uma atividade abrangente que, ao se articular progressivamente e horizontalmente, oferece (i) forte capacidade para induzir o desenvolvimento de setores que estão na vanguarda da prática do turismo, como hotéis, restaurantes, transportes, por exemplo, (ii) forte comunicação entre outros setores econômicos que se vinculam ao fluxo de pessoas, na medida em que ocorre a chegada do turista na localidade, (iii) e forte potencial de contribuição ao processo de geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento de alternativas socioeconômicas nas localidades. O turista traz, com ele, uma forte propensão a gastar e isso significa para a economia local a valorização dos serviços, a promoção da diversão e o encontro com a cultura e as pessoas residentes (ou não) naquele território.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta o setor turístico como a segunda maior atividade econômica do mundo em geração de divisas e empregos, estando atrás da indústria do petróleo e derivados. Assim, discutir sobre o turismo no contexto de crise sanitária, como a que se disseminou sobre o mundo, a partir de 2019, causada pelo novo Coronavírus, chamado de SARS-COV-2, pode contribuir com as reflexões nesse campo de análise. A pandemia de Covid-19 desencadeou uma série de impactos significativos sobre o setor, tendo em vista as necessárias e urgentes medidas de distanciamento social, adotadas em todo mundo, como parte do processo de enfrentamento de contenção da doença.

O presente estudo tem por objetivo compreender o impacto da pandemia de Covid-19 na vida dos trabalhadores do setor turístico do Rio Grande do Norte e, considerando-se esse momento singular, apresentar algumas reflexões na perspectiva de se repensar a atividade do turismo que incorpore as variantes da desigualdade social, o meio ambiente e a comunidade local. No turismo, o Brasil apresenta-se como um destino relativamente importante. Em 2018, a participação percentual do Brasil na América do Sul e no mundo, no que se refere à chegada de turistas no país, foi de 17,9% e 0,47%, respectivamente (Brasil, 2020). Além disso, em 2019, a representatividade dos setores viagens e turismo no PIB foi de 7,7% e, no emprego, a contribuição do setor foi a geração cerca de 7.407 postos de trabalho, segundo os dados apresentados World Travel & Tourism Council (WTTC, 2020). Desse modo, o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o setor turístico é evidente na medida em que o choque é imediato e imenso, pois, em sendo uma parte significativa de muitas economias nacionais, a queda das atividades do setor afeta a economia em geral (OECD, 2020). No entanto, o impacto é ainda maior no Brasil, uma vez que o enfrentamento dado à pandemia da Covid-19 pelo governo federal não seguiu os caminhos recomendados pela Organização Mundial da Saúde e muito menos dos países que tiveram melhor êxito na contenção da disseminação do novo coronavírus.

No Rio Grande do Norte, o setor turístico é extremamente importante e se configura como uma das atividades econômicas do Estado geradora de emprego e renda, em vários segmentos comerciais, bem como em áreas ligadas aos setores de viagens e serviços em gerais, nos quais a informalidade e a sazonalidade se expressam como um modelo significativo de geração de oportunidades de trabalho e renda. Segundo o SETUR/RN, o Estado recebe mais de 2 milhões de turistas por ano, atraídos pelas potencialidades locais existentes, determinadas pelas belezas naturais que se encontram nas praias, nas serras, no sertão, na cultura potiguar, falésias, lagoas etc.

Segundo informações do Ministério do Turismo, 79 municípios do Estado fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021), distribuídos em cinco polos turísticos, quais sejam: Polo Agreste Trairi, Polo Costa Branca, Polo Costa das Dunas, Polo Seridó e Polo Serrano. Em termos de oferta hoteleira, de acordo com a Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH), censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o RN possuía, em 2016, 669 estabelecimentos de hospedagem, com 20.845 unidades habitacionais e 52.807 leitos disponíveis. Especificamente, no quesito leitos, o RN se destaca, estando atrás apenas da Bahia, Ceará e Pernambuco, representando cerca de 10% de disponibilidade de leitos no Nordeste e de 2,2% no total do país. Dentre as capitais, Natal (RN) figura na segunda

posição, perdendo apenas para Florianópolis (SC), em capacidade de hospedagem em relação à população. São 1.263 unidades habitacionais e 3.232 leitos por 100.000 habitantes.

Para os municípios de Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul, os quais fazem parte do Polo Costa das Dunas, o turismo é uma atividade extremamente importante e que gera postos de trabalhos formais e informais, pois contempla os pontos turísticos mais visitados no estado como a Praia Ponta Negra, Jenipabu, Maracajaú e Pipa. Neste polo também há o desenvolvimento do artesanato, folclore, monumentos turísticos, gastronomia potiguar, notadamente o camarão e a carne de sol (SETUR-RN, 2020).

Por tudo isso, acredita-se que a discussão sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na vida dos trabalhadores do setor turístico do Rio Grande do Norte seja uma etapa importante para a discussão do setor do turismo pós-pandemia. Com isso, a presente pesquisa contribui para a literatura no sentido de permitir uma compreensão acerca da vida dos trabalhadores do turismo, impactados pela ausência de turistas no Rio Grande do Norte, desde o surgimento do novo Coronavírus até o mês de junho de 2020 (mês de referência da pesquisa). Seus resultados podem contribuir para a elaboração de mecanismos de enfrentamento da situação e de gerenciamento da reabertura da prática do turismo de forma gradual e interligada ao conjunto dos setores econômicos e as condições de saúde pública.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir tem-se uma breve revisão sobre a prática do turismo e os seus elos de interações socioprodutivas, seguido pelos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. No item 4 são apresentados os resultados e, no item 5, as reflexões, que visam contribuir para o futuro do trabalho no turismo pós-pandemia. Por último, o estudo destaca algumas considerações finais.

## **2. A PRÁTICA DO TURISMO E OS ELOS DE INTERAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS**

O turismo possui na dinâmica das atividades a ele associado e uma forte sinergia com os demais setores da economia, bem como uma vinculação com o espaço geográfico e as pessoas que nele habita. Além disso, o turismo tem uma forte capacidade de geração de fluxo de renda e de empregos na medida em que se estabelece uma conexão com a localidade, os serviços oferecidos, a cultura, a gastronomia e entre a população residente e não residente.

Ao longo do tempo, o turismo tem sido tratado de forma evolutiva e, nas últimas décadas, como uma atividade moderna, que possui responsabilidade ambiental, política e social (Borges Paula, 2017). Entretanto, para o autor citado, essa evolução “ainda não deu conta da

complexidade das inter-relações econômicas e sociais presentes na atividade turística” (Borges Paula, 2017, p. 8).

O ponto-chave para a compreensão do turismo e da dinâmica do funcionamento de suas atividades socioprodutivas reside no entendimento sobre os elos da cadeia produtiva do turismo e o seu encadeamento com outras áreas econômicas e de desenvolvimento local/regional e socioambiental.

Para Borges Paula (2017), a ideia de cadeia produtiva do turismo implica a organização de um modelo de funcionamento desta atividade. O próprio conceito de cadeia produtiva revela um “[...] conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente” (Borges Paula, 2017, p. 14). No turismo, a cadeia produtiva estabelece potencialidades de profissionais presentes na sua prática e operações no contexto da articulação progressiva onde se “assegura a produção de um serviço que será utilizado na produção de outro serviço” (Borges Paula, 2017, p. 15).

Entretanto, a interação entre os vários setores econômicos, possibilitada pela prática do turismo, é complexa em vários aspectos, pois demanda a elaboração de um planejamento integrado entre as atividades que fazem parte da economia local como o setor de transportes, farmácias, bancos, hospitais, shoppings, souvenirs, entre outros. Essa interação requer que a organização produtiva do turismo tenha seu embasamento nas intersecções que se estabelecem entre o conjunto de atividades sequenciadas de operações encaixadas umas nas outras (Borges Paula, 2017).

Por outro lado, a prática do turismo também está vinculada à preservação do meio ambiente, especialmente nas últimas cinco décadas quando os problemas ambientais vêm se tornando uma preocupação mundial. Com isso, é necessário que a sua inserção no mercado esteja vinculada ao respeito aos ambientes naturais como forma de aumentar sua capacidade competitiva e a sobrevivência em um ambiente cujo planejamento dos espaços e das atividades econômicas estão sendo fundamentadas na recuperação do equilíbrio indivíduo-natureza (Ruschmann, 2016).

Para tanto, o autor citado ressalta a importância do planejamento para o desenvolvimento turístico dentro de uma metodologia científica baseada no desenvolvimento sustentável que considera, especificamente na prática do turismo, “aquela que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade de usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (Ruschmann, 2016, p. 7).

No contexto do turismo e na sua capacidade de afetar o desenvolvimento local, “como um processo de transformação, resultante das relações entre ambiente, comunidades e sustentabilidade” (Araújo, 2019, p. 9), a prática do turismo pode inclusive “oferecer saídas para os problemas vinculados à pobreza” (Lages, 2018, p. 14), especialmente no Nordeste que, além de ser um dos maiores destinos turísticos, possui a maior concentração de pobreza no Brasil.<sup>1</sup>

A discussão sobre a prática do turismo e os elos de interações socioprodutivas é complexa por trazer um processo de inserção de localidades (e de seus atributos) em um sistema que objetiva tratá-lo e prepará-lo para a comercialização (Martoni, 2019). Por outro lado, “o turismo, [...], apresenta uma característica de extrema sensibilidade a toda a alteração situacional, sendo extremamente retrátil a [...] riscos epidêmicos e pandêmicos que comprometem a saúde pública [...]” (Beni, 2020, p. 3). Desse modo, a reflexão do setor em tempos de pandemia é urgente e multifacetada, especialmente quando o choque econômico proveniente do SAR-COV-2 evidencia uma força desestabilizadora nos mercados e na vida das pessoas, aprofundando mais ainda as condições de vulnerabilidade social já existentes e os riscos de um mercado de trabalho instável e propenso às mudanças.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa “Trabalhador do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte” foi elaborada com o objetivo de coletar informações referentes aos trabalhadores e trabalhadoras do turismo no Rio Grande do Norte (RN), antes e durante a pandemia da Covid-19. A intenção foi compreender o impacto que a crise do novo Coronavírus causou na vida dos respondentes. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário online, elaborado pelo Google Forms, com linguagem acessível aos trabalhadores, garantindo a coleta das respostas sem a presença in loco do entrevistador. Para a maioria das perguntas, organizou-se algumas alternativas de respostas, mas com a possibilidade de o respondente relatar em um campo aberto outra situação não prevista nas alternativas disponibilizadas.

As perguntas referiram-se (i) às ocupações dos trabalhadores do turismo (jornada de trabalho, formas de vínculo, local de trabalho e remuneração); (ii) às características demográficas dos trabalhadores; (iii) às alternativas de renda e o acesso aos benefícios governamentais por parte dos trabalhadores; (iv) às percepções sobre a doença e o futuro do

---

<sup>1</sup> Segundo o IBGE (2020), no estudo “Perfil das despesas no Brasil: 21017-2018”, a contribuição relativa do Nordeste para a pobreza no país é de 47,9%, sendo seguido pela região Norte com 26,1%, Sudeste (17,8%), Sul (5,7%) e Centro-Oeste (2,5%).

turismo, e (v) à utilização de EPI's durante o transcorrer do trabalho. Neste artigo, não serão analisadas as variáveis referentes às percepções sobre a doença e a utilização de EPI's durante a atividade laboral.

O público-alvo foram os trabalhadores e as trabalhadoras que exerciam alguma atividade no setor turístico do RN antes da pandemia. Por se tratar de um grupo específico e escondido, com características pré-determinadas, não foi possível utilizar as técnicas de amostragens aleatórias. Para chegar até esse grupo, a metodologia adotada foi a bola de neve (snowball sampling), em que um respondente (a) indica o(a) outro(a) (Vinuto, 2014). A pesquisa esteve aberta ao recebimento das respostas entre os dias 14 e 22 de julho de 2020, quando ainda se mantinha suspensa a abertura do comércio no RN, em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 implantadas, visando manter o isolamento social como medida preventiva e necessário para evitar o colapso do sistema de saúde.

No total, a pesquisa alcançou 221 respostas, das quais 209 foram consideradas válidas. As repostas válidas incluem os indivíduos que disseram trabalhar com atividades relacionadas ao turismo no RN, antes do surgimento do novo Coronavírus. A quantidade de respostas passou a declinar consideravelmente, alcançando apenas uma no dia 22 de julho. Essa queda indicou a saturação por não conseguir mais respostas, o que implicou na decisão de encerrar o questionário no dia 22.

O grupo dos trabalhadores que declararam trabalhar por conta própria e recolher contribuição previdenciária, através da legislação do MEI ou outro mecanismo, estão classificados neste relatório como 'informais ampliados'. Esta opção metodológica deve-se ao fato de que ambos os grupos – informais e informais ampliados – terem condições de trabalho similares como ausência de renda pré-estabelecida, jornada de trabalho irregular, atividades intermitentes, ausência de férias remuneradas e de 13º salário, assim como ausência de outras garantias protetivas ao direito do trabalho, os quais contemplam apenas os trabalhadores que possuem contrato de trabalho formal.

A categoria dos trabalhadores informais é heterogênea, mas o que a define, em contraposição aos formais, é a precariedade de direitos em que se situam (Krein, 2017; Filgueiras; Druck, 2004; Araújo, 2011). Outra similitude, entre os informais e os informais ampliados, verificada na pesquisa, está relacionada ao fato de que ambos exercem as mesmas atividades, o que não os diferencia em termos das condições cotidianas de trabalho. Portanto, considera-se neste estudo como categoria de análise "informais" o total de trabalhadores informais e os trabalhadores informais ampliados.



Para traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras do turismo, respondentes da pesquisa, analisou-se descritivamente as variáveis: idade, sexo, escolaridade, tempo de trabalho no turismo e ocupações. Para compreender o impacto da pandemia de Covid-19 na renda dos respondentes da pesquisa, analisou-se descritivamente a variável renda, considerando dois momentos no tempo: antes e durante a pandemia (mês de junho). Contudo, como a renda depende de algumas características do trabalho, como vínculo empregatício e jornada de trabalho, também foi necessário analisá-la de forma bivariada, considerando tais características. Na avaliação das alternativas de renda durante a pandemia de Covid-19 foram consideradas as informações referentes ao auxílio emergencial, a realização de outra atividade e o recebimento de algum outro tipo de apoio financeiro ou material. Por último, apresenta-se a percepção do trabalhador sobre o futuro do turismo do RN, diante deste novo contexto de crise sanitária e econômica.

Cabe informar que a pesquisa está dentro da área de Ciências Humanas e Sociais e, de acordo com a Resolução 510 de 2016, que rege as pesquisas da área. Não houve necessidade de registro e avaliação pelo sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), pois não há a identificação dos participantes. Essa pesquisa prevê a formação de banco de dados, cujas informações serão analisadas de forma agregada, sem possibilidade de identificação individual.

#### **4. RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO**

O resultado da pesquisa envolveu a realização de um questionário onde 209 agentes/trabalhadores do setor responderam as questões elencadas, sendo que do total, 72% são homens e 28% são mulheres, revelaram inicialmente uma estrutura etária em que metade dos respondentes (62%) tem mais de 40 anos. Chama a atenção a significativa participação percentual de homens com mais de 60 anos, que correspondem a 11% dos respondentes. Esses trabalhadores se encontram no grupo de risco de adoecimento e morte pela Covid-19, sendo arriscado o exercício das suas atividades durante a pandemia. A idade mais avançada corrobora com os dados de tempo de serviço na atividade, em que é observado que quase 40% dos entrevistados trabalham há mais de vinte anos nas atividades de turismo.

Os dados sobre cor/raça revelam que 46% declararam-se brancos, 38% pardos, 12% pretos, 2% indígenas e 2% amarelos. Quanto à escolaridade, percebe-se que 56% dos entrevistados possuem, no máximo, o ensino médio completo. A informação acompanha as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam que a

maioria dos trabalhadores informais, que também são maioria entre os respondentes da pesquisa, têm dificuldade de acesso ao ensino superior.

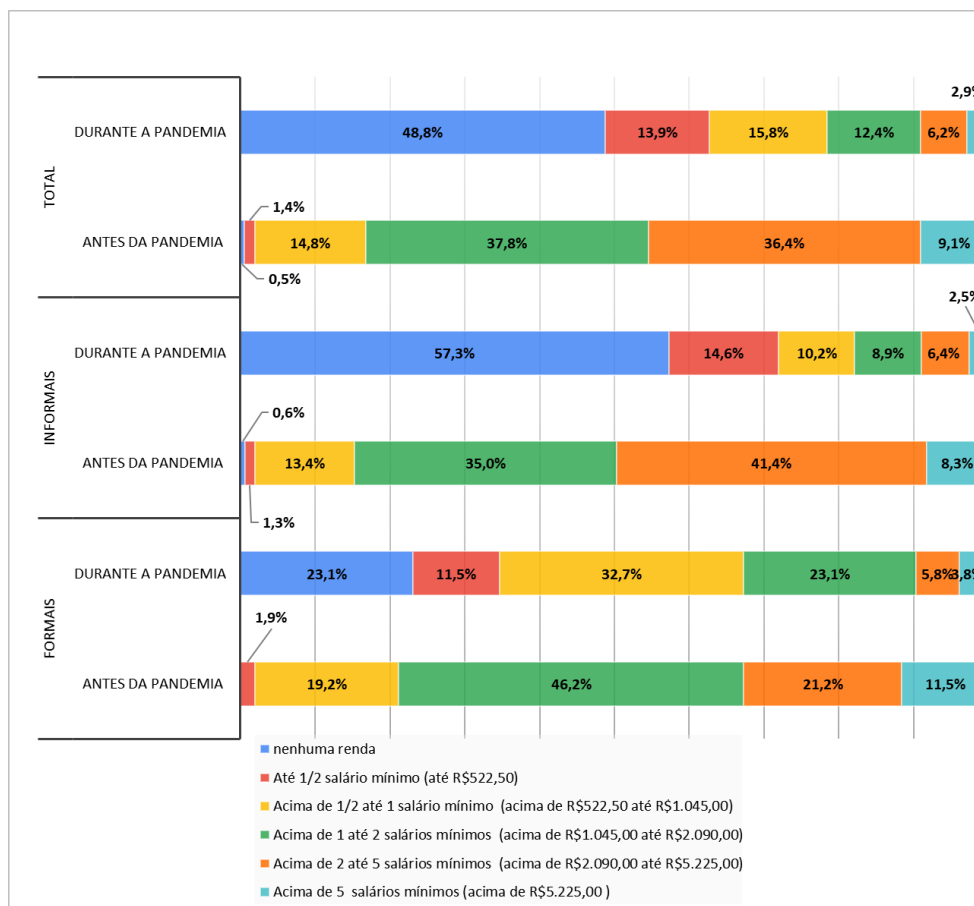
Com relação às ocupações, houve uma gama de atividades reportadas pelos respondentes, tanto para as atividades formais quanto para as informais. A informação ocupacional da atividade informal, relacionada ao turismo, revela que a atividade bugueiro foi a mais frequente para 41,4% dos respondentes, seguida pelos serviços de traslado individual (Taxi e Uber), com 10,2% de participação percentual e, na sequência, pela atividade guias de turismo, representando 9,6% das respostas. Os bugueiros, símbolo do turismo norterriograndense, encontram-se entre as 'categorias' mais atingidas pela pandemia, uma vez que as suas atividades foram interrompidas integralmente.

No tocante aos trabalhadores formais, a pesquisa revela que a maioria dos respondentes é do setor de alojamento e alimentação. Do total dos respondentes formais, 21,2% deles trabalhavam como recepcionistas e 13,5% como gerentes de hotéis e ou restaurantes. Igual percentual, de 13,5%, contabiliza a categoria dos agentes de viagem, considerada significativa entre os trabalhadores formais.

O principal resultado da pesquisa indica que houve queda drástica e abrupta de renda entre os trabalhadores do turismo pelos impactos sentidos nos setores citados. De acordo com o Gráfico 1, antes da pandemia, considerando o total dos trabalhadores respondentes, apenas 0,6% não tinham nenhuma renda. Com o surgimento da pandemia, tomando como referência o mês de junho, esse percentual passou para 48,8%, ou seja, quase a metade dos trabalhadores da amostra ficaram sem rendimentos. Pelos dados apresentados, percebe-se que, antes da pandemia, 52,6% desses trabalhadores ganhavam de meio até dois salários mínimos, praticamente o mesmo contingente que ficou sem renda no mês da pesquisa. Outro dado impactante pode ser observado na faixa dos trabalhadores que ganhavam de dois a cinco salários mínimos. Antes da pandemia, 36,4% dos trabalhadores enquadravam-se nesta faixa salarial, sendo que apenas 6,2% de trabalhadores conseguiram manter este rendimento durante a pandemia.

O impacto maior ficou entre os trabalhadores informais, em que 57,3% ficaram sem nenhuma renda (Gráfico 1). O dado é alarmante quando comparado com o percentual anterior a pandemia, no qual menos de 1% não detinha renda mensal. A chegada da pandemia também impactou a renda dos trabalhadores com carteira assinada. Se, anteriormente, 78,9% ganhavam acima de 1 salário mínimo, esse contingente se reduziu para 32,7%. Além disso, 23,1% dos formais declararam não ter nenhuma renda, durante a pandemia.

**Gráfico 1**– Renda dos trabalhadores formais, informais e total, antes e durante a pandemia, que responderam ao questionário online da pesquisa “Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte”, entre os dias 14 e 22 de julho de 2020.



**Fonte:** Pesquisa online Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte

Os dados representam sem dúvida os impactos dramáticos trazidos pela pandemia e o reconhecimento de que a redução da prática de atividades econômicas integradas no setor turístico revela a complexidade existente, capaz de desencadear uma crise sistêmica, no qual permeia todas as relações e interações imprescindíveis ao desempenho da cadeia produtiva do turismo.

Logo, a pulverização dos empregos entre os trabalhadores formais justifica a acentuada redução da renda. Dos 52 trabalhadores com carteira assinada que responderam à pesquisa, 48,1% foram demitidos, ou seja, praticamente a metade deles. Entre as razões da demissão, 24% desse contingente assinalaram o fechamento de empresas, enquanto outros 72% foram dispensados tendo em vista a redução das despesas da empresa, em função da pandemia Covid-

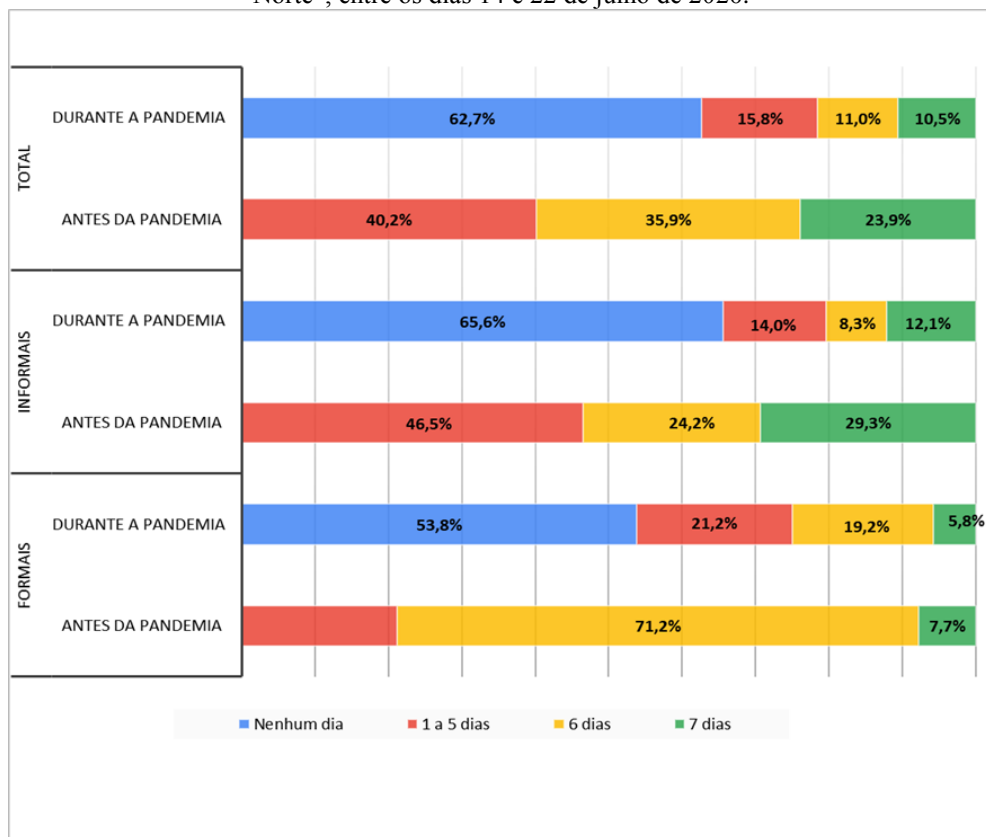
19. Entre o restante, 30,8% declararam que permaneceram no emprego, e 21,2% afirmaram que tiveram o seu contrato de trabalho suspenso.

Entre aqueles com contrato suspenso, 08 (73%) afirmaram que a renda permanece a mesma e 03 (27%), destacaram que houve redução de renda. A suspensão de contrato é facultada às empresas que aderiram ao programa federal na esteira das Medidas Provisórias 928 e 936, as quais permitiram a realização de vários arranjos, como negociação do banco de horas, férias, parcelamento salarial, adiantamento de feriados e redução de salários por parte da empresa e, recomposição do restante, pelo programa federal. A hipótese provável é de que os acordos tenham protegido a massa salarial da maioria, utilizando-se dos mecanismos facultados pela legislação específica na pandemia. Contudo, entre os 15 (30,8%) respondentes que permaneceram trabalhando, a redução dos salários foi mais frequente. Destes, 8 (53%) afirmam que tiveram redução de renda. Uma hipótese para esse caso, é de que a redução esteja associada à livre negociação entre empregador e empregado. Tal hipótese é reforçada pelo fato de que todos os trabalhadores envolvidos nesta situação trabalham em empresas que não empregam mais do que 20 trabalhadores.

Outro dado impactante revelado pela pesquisa e que confirma os dados anteriores, diz respeito à queda vertiginosa da jornada de trabalho. A jornada de trabalho convencional entre os informais, antes da pandemia, era diversificada, pois o maior movimento de turistas e nativos nas praias ocorre nos finais de semana e feriados. Mesmo com a concentração deste público nos fins de semana, mais da metade dos trabalhadores informais (53,5%) trabalhavam entre 06 e 07 dias por semana (Gráfico 2). Com a pandemia, a jornada semanal de dias trabalhados caiu de forma brusca. Do total dos trabalhadores informais, 65,6% afirmaram não ter trabalhado nenhum dia no mês de junho.

Entre os trabalhadores formais, 71,2% dos respondentes declararam que, antes da pandemia, a jornada de trabalho era concentrada em 6 dias na semana. Vale lembrar que o vínculo empregatício, de quem tem carteira de trabalho assinada, geralmente exige 44 horas semanais de trabalho por parte do trabalhador. No entanto, 53,8% destes trabalhadores formais declararam que, durante a pandemia, não trabalharam nenhum dia. No caso dos trabalhadores formais, o não trabalho está associado ao desemprego e à flexibilização dos contratos de trabalho em função do período e da realidade imposta pela pandemia.

**Gráfico 2**– Jornada de trabalho semanal dos trabalhadores formais, informais e total, antes e durante a pandemia, que responderam ao questionário online da pesquisa “Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte”, entre os dias 14 e 22 de julho de 2020.



**Fonte:** Pesquisa online Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte

Nos dois casos, ao se analisar o não trabalho, seja pela demissão ou flexibilização do contrato de trabalho (formais), seja pela redução da jornada de trabalho, ocasionada pela diminuição do fluxo de pessoas que seriam atendidas pelos trabalhadores informais, é preciso levar em consideração que a pandemia criou uma nova realidade no mundo do trabalho e de forma exponencial no mundo do trabalho do turismo, uma vez que, para o turismo acontecer, é premente que haja deslocamentos, viagens, de modo que o trabalho tanto dos trabalhadores e das trabalhadoras formais, assim como dos(as) informais, está relacionado à chegada dos turistas e ao atendimento aos turistas. Se não há viagens e, portanto, deslocamentos, não há como garantir a ocupação das pessoas nesse setor, bem como, sem a chegada do turista, ocorre um processo dramático de fechamento e/ou suspensão das atividades concentradas nos hotéis, pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes, shoppings de artesanato, entre outros. De igual modo, os trabalhadores do turismo de sol e mar, camelôs, barraqueiros, balseiros, bugueiros, para citar alguns, passam a depender exclusivamente dos moradores da localidade ou do entorno para viabilizar o seu trabalho, que no mês de junho (base da pesquisa), auge da pandemia no RN, estavam em isolamento social, associado aos decretos estadual e municipais.

A redução de horas trabalhadas por dia, acompanha a redução de dias trabalhados durante a semana. Pelos dados agregados, percebe-se que 62,7% dos respondentes não trabalharam “nenhuma hora por dia” no período pesquisado durante a pandemia. Quando consideramos o período anterior, nota-se que o volume de horas trabalhadas chega na ordem de 07hs a 11hs por dia para 66,5% dos respondentes. Antes da pandemia, a maioria dos trabalhadores com carteira assinada (65,4%), trabalhavam entre 7hs e 8h59, enquanto, entre os informais, para quase metade (49%) dos respondentes, o tempo mais frequente foi 9h ou mais de trabalho por dia. Este resultado reforça o papel protetivo da formalidade na jornada de trabalho. Com a pandemia, as horas trabalhadas por dia caíram de forma abrupta para todos os trabalhadores de tal forma que a maioria acabou não exercendo o seu trabalho em hora nenhuma, como é possível observar para 51,9% dos formais e 66,2% dos informais.

Os resultados até aqui apresentados são coerentes com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT) feita pelo IBGE para o segundo trimestre de 2020, período que incorpora o mês de junho, utilizado como período de referência da pesquisa descrita neste artigo. De acordo com os dados da PNADCT, no Estado do Rio Grande do Norte, considerando a variação entre o quarto trimestre de 2019 e segundo trimestre de 2020, houve uma redução significativa de pessoas ocupadas nos grupos de atividades relacionados ao turismo como: “outros serviços”<sup>2</sup> (queda de 36%), “transporte, armazenagem e correio”<sup>3</sup> (queda de 30%) e “alojamentos e alimentação” (queda de 27%).

Diante da nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19 aos trabalhadores brasileiros, o Congresso aprovou o auxílio emergencial, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, cujo valor quando de sua aplicação inicial foi de R\$ 600,00 reais por pessoa, podendo chegar a R\$ 1.800,00 por família, dependendo dos critérios de elegibilidades. Entre os trabalhadores informais respondentes, público-alvo do auxílio, o mesmo foi acessado por 64,3%, ou seja, dos 157 entrevistados, 101 tiveram acesso ao auxílio. A maioria absoluta, como atestam os dados anteriores, ao ficarem impedidos de exercerem a sua atividade e, conseqüentemente, encontrarem-se sem renda, certamente encontraram nesse auxílio, a sua única fonte de subsistência. Como a coleta de dados foi realizada em meados de julho e o pagamento do auxílio foi iniciado em abril, metade (50,5%) dos trabalhadores informais já tinha recebido mais de 02

---

<sup>2</sup> Atividades relacionadas às artes, cultura, esporte e recreação.

<sup>3</sup> Atividades relacionadas a todos os tipos de transportes ou entregas, incluindo traslados, Uber, bugueiros etc.

parcelas, enquanto 31,7% haviam recebido duas parcelas, enquanto 18% haviam recebido apenas uma parcela.

Outras questões investigadas pela pesquisa, no que tange à renda durante a pandemia, referem-se ao exercício de outra atividade, bem como, a existência de algum apoio financeiro ou material. Nestas questões, 80,9% dos participantes da amostra responderam que não estão realizando nenhuma atividade de complementação de renda. Entre os que exercem alguma atividade para complementar renda, destaca-se o grupo de ‘venda de comida’, ‘venda de alimentos’ e serviços de traslado individual, provavelmente atividade de Uber e serviços de taxi. Por outro lado, mais da metade (54,5%), informou receber algum tipo de apoio financeiro ou material, que inclui o apoio de familiares, amigos, igrejas, sindicatos, prefeitura etc.)

Por último, referentes as questões pertinentes ao período da pandemia, cabe destacar a quantidade de dependentes dos trabalhadores do turismo no RN, respondentes da pesquisa, e que estão sem nenhuma renda. Os dados revelam ainda mais a dramaticidade do impacto da pandemia, considerando que, dos 102 trabalhadores que disseram não ter tido renda advinda do trabalho, 67,2% são responsáveis por dois ou mais dependentes.

Em relação às percepções sobre o futuro do turismo, nesse contexto sanitário e econômico, advindo da pandemia da Covid-19, os respondentes da pesquisa apontam que não há boas expectativas sobre o futuro do turismo no RN. De acordo com as respostas à pergunta “Você acha que o turismo no RN voltará a ser como antes? ”, 33,5% opinaram que não têm ideia; 34,4% que irá piorar; 21,5% que irá melhorar e 10,5% que será como antes. Portanto, considerando as repostas dos que afirmaram que não têm ideia e dos que afirmaram que irá piorar, percebe-se certo pessimismo com o cenário futuro do turismo no RN.

Importante lembrar que, de acordo com Sakowski (2015), o Nordeste é uma região altamente dependente da atividade turística, o que imprime uma grande preocupação neste momento de crise sanitária e social, dado o grande desemprego que assola o setor, conforme confirmado pela pesquisa em pauta e por outras pesquisas como “Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as” (Lamas et al, 2020).

A retomada massiva dos deslocamentos dos turistas será demorada. Consequentemente, o setor de turismo deve retomar de forma mais lenta na economia brasileira, comparado aos outros setores, como a indústria, por exemplo. Por isso, os trabalhadores do turismo vão depender dos auxílios emergenciais por períodos mais longos e o Estado precisará ampará-los com condições mínimas de subsistência.

## 5. REFLEXÕES: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO SOBRE A PRÁTICA DO TURISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pesquisa revela, até junho de 2020, que os impactos da pandemia foram devastadores para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do turismo no Rio Grande do Norte. Houve queda vertiginosa na renda, interrupção do trabalho e absoluta dependência do programa federal de auxílio emergencial como fonte de renda. A crise causada pela mobilidade de um vírus que impossibilita a mobilidade das pessoas, movimento essencial para que o turismo ocorra, oportuniza a possibilidade de discutir cenários para o futuro que envolve tanto a própria atividade turística como a realidade dos trabalhadores.

Em tempos de pandemia, a retomada das atividades turísticas precisa estar em consonância com a valorização dos elos da cadeia produtiva do turismo, em especial no que tange as potencialidades locais e regionais. É preciso articular as atratividades com os arranjos produtivos locais e a comunidade inserida nesse território. Dessa forma, o turismo, atividade exógena, pode colaborar com a economia endógena e valorizar as tradições do lugar e da cultura local e regional.

Do ponto de vista do desenvolvimento local/regional, o reconhecimento das atividades econômicas interligadas às práticas do turismo permitirá planejar ações frente ao atual contexto pandêmico. Isso significa valorizar os investimentos multissetoriais, como sendo a reação socioeconômica e ambiental da cadeia produtiva do turismo. Portanto, os diferentes processos que envolvem as atividades turísticas resultam, setorialmente, da dinâmica produtiva presente em cada elo da cadeia produtiva do turismo e, regionalmente, na reprodução dos agentes envolvidos, especialmente, nos elos intensivos em contratação de mão de obra, como são os setores de alimentação, hospedagem e a incorporação com os cuidados com o meio ambiente, por exemplo.

Caso contrário, a dinâmica do setor turístico será incapaz de se reerguer de forma organizada, podendo reproduzir ainda mais a característica de informalidade, confirmada pela pesquisa, ou seja, de que a maioria absoluta dos trabalhadores em atividades do turismo, particularmente no Nordeste brasileiro, são caracterizados como informais.

A informalidade reúne ampla variedade de tipificações, porém tem em comum a completa ausência da proteção de direitos, diferentemente do que se verifica em relação aos formais. Assiste-se, entretanto, até mesmo entre os formais, um crescente processo de desregulamentação de direitos que compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos instituídos nos contratos coletivos que regulam as condições e as relações de



trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à ‘normatização’ do trabalho é mundial e está relacionado à nova ordem econômica internacional de corte neoliberal. As relações de trabalho fazem-se sempre, e cada vez mais, num processo de relações institucionais de individualização, no qual os atores coletivos do trabalho se veem enfraquecidos, vide a Justiça do Trabalho e os Sindicatos.

Associado a esse processo de desregulamentação, outro fator de desestruturação da sociedade salarial no setor do turismo é a evolução das forças produtivas – Revolução informacional e Revolução 4.0 – comparável as mudanças produzidas pela Revolução Industrial. Ao contrário, porém, da Revolução Industrial do século XVIII que empregou milhares de pessoas, essa revolução produtiva não requer mais o trabalho de todas as pessoas. Ela se faz na dispensa de trabalho. Diferente, entretanto, dos demais setores produtivos, o setor do turismo até esta pandemia sempre requereu muita mão de obra, mesmo que a demanda desses postos de trabalho se configure em baixa remuneração dos trabalhadores. No turismo, porém, como nos demais setores produtivos, é crescente o número de atividades que até então eram de responsabilidades dos trabalhadores e que estão sendo transferidas para máquinas informacionais. Constata-se no turismo, haja vista a realização de alguns debates sobre a reorganização e reestruturação do setor pós-pandemia, incorporando protocolos de segurança sanitária, um processo de redução ou substituição das pessoas por inovações tecnológicas. Logo, o que vemos com a mudança no paradigma produtivo e que se estende também ao setor do turismo é a instalação da precariedade: perda de direitos, redução de renda e trajetórias erráticas feitas de alternância de emprego e não emprego.

A condição de estabilidade no trabalho é cada vez mais distante e novos arranjos se constituem na sociedade do trabalho, entre elas, e das mais evidentes, é a transformação de trabalhadores em pessoas jurídicas que a partir da ideia do empreendedorismo passam de trabalhadores contratados a prestadoras de serviços. Quando pensamos, portanto, no mundo do trabalho do turismo percebemos que o mesmo, no mundo pós-pandêmico, dá passos largos rumo ao contexto descrito.

A crise sem precedentes exige de todos – gestores, empresários, agentes do Estado, profissionais e pesquisadores da área de turismo – a necessidade de se pensar um turismo de forma sistêmica. Faz-se necessário envidar esforços a construção de alternativas sustentadas economicamente e sustentável social e ambientalmente, com a inclusão dos trabalhadores e não apenas tendo em vista a preocupação com os vetores econômicos do turismo. Trata-se sobretudo de incluir também no debate, aqueles que estão na ponta da cadeia do turismo e muitas vezes

estão invisibilizados. O futuro do turismo não pode ser dissociado dos trabalhadores do turismo, nem tampouco da valorização das singularidades regionais e locais. O desenvolvimento de qualquer setor produtivo e de serviços tem que provocar alguma modificação social, econômica e cultural.

Há outra vertente que deve ser articulada a essa e que é indissociável ao turismo: o meio ambiente. Desde o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) de fevereiro de 2007, já não há mais contestação de que o responsável pela evolução acelerada da tragédia ambiental é a ação antropogênica sobre a Terra. À época, o informe dos pesquisadores e cientistas foi categórico e não deixou espaço para dúvidas ao afirmar de forma contundente – o relatório utilizou a expressão “inequívoca” – que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta. Quando se pensa que uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas futuras, percebe-se que emerge com intensidade crescente a consciência de que estamos decidindo a sorte dos quem virão depois de nós e que não podemos deixar-lhes um mundo árido, poluído e feio.

Turismo, trabalho e ecologia são variantes que precisam ser articuladas e relacionadas. É nesse contexto, de crise da sociedade salarial e das mudanças climáticas, que devemos pensar o turismo pós-pandemia. A pandemia Covid-19 abre uma janela para que possamos ser ousados e pensar o novo. Estamos, portanto, diante de um desafio gigantesco, o de como pensar numa sociedade que seja melhor do que a que encontramos. Segundo Beni (2020, p.4) “ao longo prazo, o desenvolvimento das atividades turísticas, dependerá da conservação ambiental, da valorização e do fortalecimento das culturas locais”. É provável que a pandemia tenha antecipado para o curto prazo essa necessidade, uma vez que a tendência é, num curto prazo, o turismo retomar suas atividades a partir do local e do regional, das viagens em famílias, viagens mais curtas, em contato com a natureza, viagens relacionadas ao turismo rural, ao ecoturismo, ao turismo de aventura, turismo vinculado a atividades ao ar livre, junto a natureza.

No debate acerca da crise da sociedade salarial e da crise ecológica surge ainda de forma embrionária uma proposta de inclusão social via a instituição de Renda Mínima Universal (RMU) ou ainda Renda Básica Cidadã (RBC) ou Renda Básica Universal (RBU). A ideia, grosso modo, é de que as pessoas recebem uma renda mensal para prover a vida em suas condições básicas e que muitas dessas atividades possam ser direcionadas para o cuidado com os outros e o meio ambiente. A ideia parte de dois pressupostos; um de que cada vez haverá menos empregos e as pessoas precisam continuar vivendo e, o outro, de que a precariedade no mundo do trabalho se instalou definitivamente.

Essa proposta ganhou espaço sobretudo nos países desenvolvidos ou ricos ao longo da última década – há várias experiências em curso - e mesmo nos países mais pobres ou em desenvolvimento se tem versões inspiradas nessa ideia, como o caso do Bolsa Família brasileiro. Essa renda seria destinada a todos, num valor razoável e capaz de garantir acesso às exigências básicas para uma vida satisfatória. Entre os autores propagadores e defensores da proposta se encontram Van Parjis (2006), Raventós (2014) e Standing (2017). Em comum, os autores argumentam que a proposta de uma Renda Básica pode se constituir num programa que assegure para todas as pessoas da sociedade, independente de trabalhar ou não, um rendimento de inclusão social, autonomia e independência. A essa garantia mínima de sobrevivência digna podemos associar os cuidados com o meio ambiente, adotar políticas públicas que vinculem a renda básica a atividades relacionadas aos cuidados com a natureza e seus biomas, em todas as suas dimensões.

O agravamento da crise pandêmica da Covid-19 abre uma janela para que sejamos ousados. É possível acreditar que outros arranjos econômicos e políticos podem ser realizados na perspectiva da inclusão social e no cuidado com o meio ambiente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia Covid-19 atingiu a todos e os seus efeitos têm sido devastadores sobre as economias nacionais e a economia globalizada. Evidentemente que entre os que mais sofrem as suas consequências estão os países mais frágeis economicamente e, dentro deles, as populações mais pobres. Particularmente, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, o turismo é um dos setores mais atingidos. No estado do Rio Grande do Norte, o grupo de atividade de serviço doméstico foi o mais afetado no período entre quarto trimestre de 2019 e segundo trimestre de 2020, seguido pelos grupos de atividades relacionados ao turismo. Com a redução da mobilidade das pessoas, a atividade turística se exauriu. E, os seus efeitos têm se tornado mais longevos do que o imaginado. No caso brasileiro, o mercado de trabalho que já vinha se caracterizando por altas taxas de desemprego, enorme informalidade e baixo rendimento, teve um agravamento. No Nordeste brasileiro a situação se tornou ainda mais dramática considerando-se que em relação ao restante do país, historicamente, a dinâmica econômica depende fundamentalmente do setor de serviços. Logo, quando este setor apresenta redução ou arrefecimento do nível de atividades, ocasionado por eventos externas ou internos, isso gera um efeito dramático na geração de emprego e renda, aprofundando ainda mais as condições de recessão econômica no país.

Se para as empresas do setor, o momento é de adaptação necessária, em função da pandemia, é nos trabalhadores e, principalmente nos informais, que se percebe a precarização extrema imposta por esta nova realidade como demonstrado na pesquisa aqui apresentada. O setor público precisa agir rapidamente para garantir o mínimo de civilidade nas condições de vida desses trabalhadores. Assim como o setor do turismo precisará repensar-se, reorganizar-se e reestruturar-se completamente, já que a retomada das atividades do setor sinaliza um retorno gradual, de forma localizada e regionalizada, através do turismo rural, de aventura, ecológico, religioso e cultural. Para tanto, faz-se necessário olhar para as potencialidades internas que cada localidade e/ou região possui. Assim, uma possibilidade é focar em ações e investimentos voltados ao fortalecimento das possibilidades internas, regionais, locais, com primazia pela conservação ambiental e pela valorização e fortalecimento das culturas locais, com inclusão dos sujeitos que ali vivem.

Cabe aos gestores públicos, aos empresários, aos atores sociais, que pensam o turismo, refletir sobre o desafio desta nova realidade que exige a inclusão social e o cuidado com o meio ambiente.

Introduzimos, nesse debate, a proposta da Renda Básica a ser estendida a todos os trabalhadores informais que atuam na área do turismo e, também fora dele. É de grande importância que esse vetor de desenvolvimento, o turismo, integre-se na discussão mais ampla sobre alternativas que se podem constituir na sociedade pós-pandemia. Entre os ativos, dos mais imprescindíveis do turismo, estão os seus trabalhadores e não apenas aqueles integrados formalmente ao sistema em seu conjunto, mas também aqueles que se sustentam nas rebarbas da cadeia produtiva do turismo. Esses fazem parte do serviço do turismo e, na medida em que tenham uma renda regular, os serviços que oferecem podem ter melhor qualidade. Não sendo por essa razão, que seja por questões humanitárias. Não é bom para ninguém e em lugar algum, que trabalhadores tenham de oferecer os seus serviços aos turistas, exauridos pela fome.

Na proposta da Renda Básica, deve se incluir o cuidado com o meio ambiente, como forma de tornar o setor não apenas competitivo e sustentado economicamente, mas elemento de conservação da natureza e cultura para as populações futuras. É necessário transformar a relação desconectada com a proteção dos habitats daqueles que residem em meio às belezas naturais do Brasil, dos seus ecossistemas e dos seus biomas. Por que não reverter essa relação numa relação do cuidado? Essa 'renda' poderia ser destinada a todos aqueles que ao invés de terem uma relação predatória junto aos seus habitats, se preocupem com a transformação sustentável da localidade por meio de uma relação com a natureza, o social e o econômico onde

se privilegie o cuidado com tudo e com todos. Nesse contexto, ganham as pessoas, ganha a comunidade e ganha o meio ambiente. É essencial, nesta nova realidade, pensar o turismo como aliado do desenvolvimento regional, com proposição de políticas públicas que visem o desenvolvimento da atividade em cada contexto de crescimento econômico, assim como nos momentos de retração deste crescimento, em decorrência de choques externos, como o que se vive agora. Isso significa dizer que o turismo deve ser entendido, a partir da sua natureza sistêmica, ou seja, urge tornar esta atividade sustentada economicamente, integrada na cadeia de valor da economia local e regional e, principalmente, ser socialmente inclusiva e ambientalmente responsável.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, A. M. C. (2011). O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: Oliveira, R. V.; Gomes, D.; Targino, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Universitária da UFPB, p. 161-190.
- Banco Central Do Brasil. (2020). *Focus Relatório de Mercado*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/24072020>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- Beni, M.C. (2020). Turismo e Covid-19: algumas reflexões. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12 (3 - Especial Covid19), 1-23, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a02>
- Borges Paula, A. H. (2017). *Cadeia produtiva do turismo*. São Paulo: SENAC.
- Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília: *Diário Oficial da União*, 98. ed., seção 1, p. 44, 2016. [Resolução 510 de 2016](#).
- \_\_\_\_\_. (2018). Ministério do Turismo. *Estatísticas básicas de turismo: Brasil – ano Base 2018*. Brasília, jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3bVRJb3>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2020). *O Bom Desempenho do Emprego no Turismo em outubro de 2019*. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2H0m7pj>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- Departamento Intersindical de Estatísticas E Estudos Socioeconômicos. (2020). *Boletim Emprego em Pauta*. DIEESE, n. 15, Pnad Covid19. Disponível em: <https://bit.ly/35C5IXM>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- Filgueiras, L. A. M.; Druck, G.; Amaral, M. F. (2004). O conceito de informalidade: problema ou solução – um exercício de aplicação empírica dos conceitos. *Caderno CRH, Salvador*, v. 17, n. 41, 211-229.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). Pesquisa de serviços de hospedagem 2016. *Coordenação de Serviços e Comércio*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100623.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

\_\_\_\_\_. (2020). *Pesquisas de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil*. Indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE.

International Monetary Fund. (2020). World Economic Outlook. *IMF*. Disponível em: <https://bit.ly/3keT8we>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Ipeadata. *Contas Nacionais*. (2020). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Krein, A. E. B. (2017). *Relações Formais e Informais de Trabalho nos Governos Lula e Dilma Por Uma Perspectiva de Gênero e Raça*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Lages, V. (2018). Prefácio. In: *Turismo e sustentabilidade: verso e reverso*. In: Nascimento, E. P. Costa, H. A. C. (Orgs.). *Turismo e sustentabilidade: verso e reverso*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond.

Lamas, S., Silva, C. B. de, & Nascimento, E. D. (2020). Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as. *Revista Turismo: estudos e práticas*. Natal, UERN

Martoni, R. M. (2019). *Turismo & Capital*. 1. Ed. Curitiba: Appris.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). *Tourism Policy Responses to the coronavirus (COVID-19)*. 02 June 2020. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=124\\_124984-7uf8nm95se&Title=Covid-19%20Tourism%20Policy%20Responses](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=124_124984-7uf8nm95se&Title=Covid-19%20Tourism%20Policy%20Responses). Acesso em: 05 de julho de 2020.

Raventós, D.; Casassas, D. (2014). *Renta Básica en la era de las grandes desigualdades*. Barcelona: Montesinos.

Ruschmann, D. (2016). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus Editora.

Sakowski, P. A. M. (2015). *Mensurando o emprego no setor de turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local*. Ipea.

Secretaria de Turismo do RN. (2020). Governo do Estado do Rio Grande do Norte. “*Polos Turísticos*”. *SETUR-RN*. Disponível em: <http://setur.rn.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Standing, G. (2017). *Basic Income: And How We Can Make It Happen*. Pelican Books.

Van Parjis, P.; Vanderborght, Y. (2016). *Renda básica de cidadania: Argumentos Éticos e Econômicos: Argumentos éticos e econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira..

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220.

World Travel & Tourism Council. (2019). *Brazil 2019 Annual Research: Key Highlights*. Disponível em: <https://bit.ly/3k9bxdU>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

\_\_\_\_\_. *Brazil (2020) Annual Research: Key Highlights*. 2020. Disponível em: <https://wttc.org>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

---

#### FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Hofstaetter, M., Sanson, C., Myrrha, L. J. D. & Macedo, L. D. (2022) O impacto da pandemia de COVID-19 na vida dos trabalhadores do setor turístico do Rio Grande do Norte: resultados e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 10(2), 277-299.

<https://doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n2ID23464>

---